

**LIVRO DE
QUESTÕES**

CESGRANRIO

EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

CESGRANRIO / [Mariela Cardoso]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.

372 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-04-7

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Fundação Cesgranrio I. Cardoso, Mariela

CDU 35.08(079.1)

18-0276

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT015-A-19-CESGRANRIO

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	49
Conhecimentos Gerais e Atualidades	121
Direito Constitucional.....	149
Direito Administrativo.....	175
Administração Geral	201
Administração Pública.....	219
Direito Civil.....	237
Direito Processual Civil	257
Direito Penal.....	271
Direito Processual Penal.....	289
Direito do Trabalho	299
Direito Processual do Trabalho.....	315
Direito Previdenciário.....	331
Legislação Penal	347

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Professora Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras de Adamantina. Especialista pela
Universidade Estadual Paulista – Unesp

1. (BANCO DA AMAZÔNIA – TÉCNICO BANCÁRIO – CESGRANRIO-2018)

Entenda o que é bitcoin

A bitcoin é uma moeda, assim como o real ou o dólar, mas bem diferente dos exemplos citados. O primeiro motivo é que ela não existe fisicamente, é totalmente virtual. O outro motivo é que sua emissão não é controlada pelo banco central de um país. Ela é produzida de forma descentralizada por milhares de computadores, mantidos por pessoas que “emprestam” a capacidade de suas máquinas para criar bitcoins e registrar todas as transações feitas.

No processo de nascimento de uma bitcoin, chamado de “mineração”, os computadores conectados à rede competem entre si na resolução de problemas matemáticos. Quem ganha recebe um bloco da moeda. O nível de dificuldade dos desafios é ajustado pela rede, para que a moeda cresça dentro de uma faixa limitada, que é de até 21 milhões de unidades até o ano de 2140.

Com o aumento do número dos interessados, a tarefa de fabricar bitcoins ficou apenas com quem tinha supermáquinas. A disputa aumentou tanto, que surgiram até computadores com hardware dedicado à tarefa.

Com as moedas virtuais, podem-se contratar serviços ou adquirir produtos no mundo inteiro. Além da mineração, é possível comprar unidades em corretoras específicas. Elas são guardadas em uma espécie de carteira, que é criada quando o usuário se cadastra no software.

O valor da bitcoin segue as regras de mercado, ou seja, quanto maior a demanda, maior a cotação. Historicamente, a moeda virtual apresenta alta volatilidade. Em 2014, sofreu uma forte desvalorização, mas retomou sua popularidade nos anos seguintes. No ano passado, o interesse pela bitcoin explodiu e a moeda passou a ser um dos investimentos mais comentados do planeta. Em 2017, a moeda digital valorizou 1400% e atingiu a maior cotação da história: 19,3 mil dólares.

Os entusiastas da moeda dizem que o movimento de alta deve continuar com o interesse de novos adeptos e com a maior aceitação. Críticos afirmam que a moeda vive uma bolha que em algum momento deve estourar.

AZEVEDO, Rita. Revista Exame. 13 jun. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/entenda-o-que-e-bitcoin/>>. Acesso em: 1 fev. 2018. Adaptado.

De acordo com a ordem das ideias apresentadas no texto, observa-se que, depois de explicar os tipos de transações que podem ser feitas com a bitcoin, o texto se refere

- a) à produção descentralizada de bitcoins por milhares de computadores.
- b) às alterações de preços que as bitcoins têm sofrido ao longo do tempo.
- c) ao processo de mineração que dá origem às bitcoins, realizado por computadores.
- d) ao surgimento de computadores com hardware dedicado à fabricação de bitcoins.
- e) aos motivos pelos quais a bitcoin é diferente das outras moedas.

2. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO-2018)

O ano da esperança

O ano de 2017 foi difícil. Avalio pelo número de amigos desempregados. E pedidos de empréstimos. Um atrás do outro. Nunca fui de botar dinheiro nas relações de amizade. Como afirmou Shakespeare, perde-se o dinheiro e o amigo. Nos primeiros pedidos, eu ajudava, com a consciência de que era uma doação. A situação foi piorando. Os argumentos também. No início era para pagar a escola do filho. Depois vieram as mães e avós doentes. Lamentavelmente, aprendi a não ser generoso. Ajudava um rapaz, que não conheço pessoalmente. Mas que sofreu um acidente e não tinha como pagar a fisioterapia. Comecei pagando a fisio. Vieram sucessivas internações, remédios. A situação piorando, eu já estava encomendando missa de sétimo dia. Falei com um amigo médico, no Rio de Janeiro. Ele aceitou tratar o caso gratuitamente. Surpresa! O doente não aparecia para a consulta. Até que o coloquei contra a parede. Ou se consultava ou eu não ajudava mais.

Cheio de saúde, ele foi ao consultório. Pediu uma receita de suplementos para ficar com o corpo atlético. Nunca conheci o sujeito, repito. Eu me senti um idiota por ter caído na história. Só que esse rapaz havia perdido o emprego após o suposto acidente. Foi por isso que me deixei enganar. Mas, ao perder salário, muita gente perde também a vergonha. Pior ainda. A violência aumenta. As pessoas buscam vagas nos mercados em expansão. Se a indústria automobilística vai bem, é lá que vão trabalhar.

Podemos esperar por um futuro melhor ou o que nos aguarda é mais descrédito? Novos candidatos vão surgir. Serão novos? Ou os antigos? Ou novos com cabeça de velhos? Todos pedem que a gente tenha uma nova consciência para votar. Como? Num mundo em que as notícias são plantadas pela internet, em que muitos sites servem a qualquer mentira. Digo por mim. Já contaram cada história a meu respeito que nem sei o que dizer. Já inventaram casos de amor, tramas nas novelas que escrevo. Pior. Depois todo mundo me pergunta por que isso ou aquilo não aconteceu na novela. Se mudei a trama. Respondo: — Nunca foi para acontecer. Era mentira da internet.

Duvidam. Acham que estou mentindo.

CARRASCO, W. O ano da esperança. Época, 25 dez. 2017, p.97. Adaptado.

No texto, o autor diz que aprendeu a não ser generoso. A circunstância que justifica essa atitude foi o fato de ele

- a) sentir-se enganado por um rapaz, que sofrera um acidente.
- b) já haver ajudado muitos amigos desempregados.
- c) estar ficando sem dinheiro para ajudar as pessoas que o procuravam.
- d) desconfiar de que alguém estava desviando o dinheiro de sua ajuda.
- e) ter uma formação muito rígida, voltada unicamente para a família.

3. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO-2018) No penúltimo parágrafo, o autor do texto revela ser autor de novelas, mas reclama

- a) do assédio dos fãs.
- b) da falta de privacidade quando anda pelas ruas.
- c) dos casos de amor que atribuem a ele nas redes sociais.
- d) da necessidade de ter consciência na hora de votar.
- e) das versões falsas publicadas na internet das histórias de suas novelas.

4. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018)

Na internet, mentiras têm pernas longas

Diz o velho ditado que “a mentira tem pernas curtas”, mas nestes tempos de internet parece que a situação se inverteu, pelo menos no mundo digital. Pesquisadores mostram que rumores falsos “viajam” mais rápido e mais “longe”, com mais compartilhamentos e alcançando um maior número de pessoas, nas redes sociais, do que informações verdadeiras.

Foram reunidos todos os rumores nas redes sociais - falsos, verdadeiros ou “mistos”. Esses rumores foram acompanhados, chegando a um total de mais de 4,5 milhões de postagens feitas por cerca de 3 milhões de pessoas, formando “cascatas” de compartilhamento.

Ao compararem os padrões de compartilhamento dessas milhares de “cascatas”, os pesquisadores observaram que os rumores “falsos” se espalharam com mais rapidez, aumentando o número de “degraus” da cascata - e com maior abrangência do que os considerados verdadeiros.

A tendência também se manteve, independentemente do tema geral que os rumores abordassem, mas foi mais forte quando versavam sobre política do que os demais, na ordem de frequência: lendas urbanas; negócios; terrorismo e guerras; ciência e tecnologia; entretenimento; e desastres naturais.

Uma surpresa provocada pelo estudo revelou o perfil de quem mais compartilha rumores falsos: usuários com poucos seguidores e novatos nas redes.

— Vivemos inundados por notícias e muitas vezes as pessoas não têm tempo nem condições para verificar se elas são verdadeiras — afirma um dos pesquisadores. Isso não quer dizer que as pessoas são estúpidas. As redes sociais colocam todas as informações no mesmo nível, o que torna difícil diferenciar o verdadeiro do falso, uma fonte confiável de uma não confiável.

BAIMA, Cesar. Na internet, mentiras têm pernas longas. O Globo. Sociedade. 09 mar. 2018. Adaptado.

De acordo com o texto, no mundo digital, “mentiras têm pernas longas” porque

- a) abordam temas desconhecidos pelo público.
- b) conseguem atingir grande número de pessoas.
- c) demoram muito tempo para serem desmentidas.
- d) fazem propaganda de produtos desnecessários.
- e) tendem a ser esquecidas em curto prazo de tempo.

1.

O enunciado quer a ideia subsequente ao período: Com as moedas virtuais, **podem-se contratar serviços ou adquirir produtos no mundo inteiro (...)**

Temos, então, o seguinte período: **O valor da bitcoin segue as regras de mercado**, ou seja, quanto maior a demanda, maior a cotação. Historicamente, a moeda virtual apresenta alta volatilidade. Em 2014, sofreu uma forte desvalorização, mas retomou sua popularidade nos anos seguintes = alterações de preços sofridas pela bitcoin.

GABARITO OFICIAL: B

2.

Em "b": já haver ajudado muitos amigos desempregados. = incorreto

Em "c": estar ficando sem dinheiro para ajudar as pessoas que o procuravam. = incorreto

Em "d": desconfiar de que alguém estava desviando o dinheiro de sua ajuda. = incorreto

Em "e": ter uma formação muito rígida, voltada unicamente para a família. = incorreto

Texto: (...) **Lamentavelmente, aprendi a não ser generoso. Ajudava um rapaz, que não conheço pessoalmente. Mas que sofreu um acidente e não tinha como pagar a fisioterapia** = após este episódio (ajudar um desconhecido e descobrir que ele não comparecia às consultas, nem estava doente), o autor aprendeu a não ser mais generoso.

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em "a": do assédio dos fãs. = incorreto

Em "b": da falta de privacidade quando anda pelas ruas. = incorreto

Em "c": dos casos de amor que atribuem a ele nas redes sociais. = incorreto

Em "d": da necessidade de ter consciência na hora de votar. = incorreto

Em "e": das versões falsas publicadas na internet das histórias de suas novelas.

Texto: (...) *Digo por mim. Já contaram cada história a meu respeito que nem sei o que dizer. Já inventaram casos de amor, tramas nas novelas que escrevo. **Pior. Depois todo mundo me pergunta por que isso ou aquilo não aconteceu na novela. Se mudei a trama. Respondo: — Nunca foi para acontecer. Era mentira da internet.***

GABARITO OFICIAL: E

4.

Em "a": abordam temas desconhecidos pelo público. = incorreto

Em "b": conseguem atingir grande número de pessoas.

Em "c": demoram muito tempo para serem desmentidas. = incorreto

Em "d": fazem propaganda de produtos desnecessários. = incorreto

Em "e": tendem a ser esquecidas em curto prazo de tempo = incorreto

Ao texto: (...) Pesquisadores mostram que rumores falsos "viajam" mais rápido e mais "longe", com mais compartilhamentos e alcançando um maior número de pessoas, nas redes sociais, do que informações verdadeiras = a notícia se espalha rapidamente e a um grande número de pessoas.

GABARITO OFICIAL: B

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Tendo atuado como professora universitária da Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã São Paulo, no Curso de Administração, e como Tutora Presencial da Universidade Anhanguera, do curso EAD de Ciências Contábeis.

Professora de conteúdo preparatório para concursos e banco de questões para graduação e pós-graduação em todo o país, entre eles Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos.

Contadora.

1. (TRANSPETRO – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JÚNIOR – CESGRANRIO - 2018) Às 5 da tarde de sexta-feira, Aldo desligou seu computador, que já estava ligado há 100 horas.

A que horas de que dia Aldo havia ligado o computador anteriormente?

- a) 1 da tarde de segunda-feira
- b) 9 da noite de segunda-feira
- c) 1 da tarde de terça-feira
- d) 2 da tarde de terça-feira
- e) 9 da noite de quarta-feira

2. (ANP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO - 2018) Um caminhão-tanque chega a um posto de abastecimento com 36.000 litros de gasolina em seu reservatório. Parte dessa gasolina é transferida para dois tanques de armazenamento, enchendo-os completamente. Um desses tanques tem 12,5 m³, e o outro, 15,3 m³, e estavam, inicialmente, vazios.

Após a transferência, quantos litros de gasolina restaram no caminhão-tanque?

- a) 35.722,00
- b) 8.200,00
- c) 3.577,20
- d) 357,72
- e) 332,20

3. (LIQUIGÁS – AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA I – CESGRANRIO - 2015)

Certa loja vende embalagens com 6 empadas cada. Sílvia comprou quatro dessas embalagens. Chegando a casa, ofereceu as empadas a seus filhos, e eles comeram 16 empadas.

Quantas empadas sobraram?

- a) 6
- b) 8
- c) 9
- d) 10
- e) 12

4. (LIQUIGÁS – AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA I – CESGRANRIO - 2015)

João pagou uma despesa de R\$ 74,00 com uma nota de 50 reais e duas de 20 reais. Quantos reais João recebeu de troco?

- a) 4,00
- b) 10,00
- c) 14,00
- d) 16,00
- e) 24,00

GABARITO COMENTADO

1.

Sabemos que às 5 da tarde de sexta-feira, o computador, que já estava ligado há 100 horas, foi desligado.

Devemos identificar a que horas de qual dia o computador havia sido ligado

Para responder está questão devemos considerar que 4 dias correspondem à 96 horas. Sendo assim 100 horas corresponde à 4 dias + 4 horas. Desta forma, temos:

Sexta menos 4 dias: segunda

5 da tarde menos 4 horas: 1 da tarde

Portanto, o computador foi ligado na segunda, 1 da tarde.

GABARITO OFICIAL: A

2.

A questão informa que:

- Um caminhão-tanque chega a um posto de abastecimento com 36.000 litros de gasolina em seu reservatório.

- Parte dessa gasolina é transferida para dois tanques de armazenamento, enchendo-os completamente.

- Um desses tanques tem 12,5 m³, e o outro, 15,3 m³, e estavam, inicialmente, vazios.

Precisamos identificar, quantos litros de gasolina restaram no caminhão-tanque, após a transferência.

Sendo assim devemos saber que: 1m³ = 1000 L

A soma dos tanques corresponde:

$$12.500 + 15.300 = 27.800$$

Agora basta subtrair da gasolina que havia no tanque, inicialmente:

$$36.000 - 27.800 = 8.200$$

GABARITO OFICIAL: B

3.

Sabemos que:

- Cada embalagem contém 6 empadas.

- Sílvia comprou quatro embalagens.

- Chegando a casa, ofereceu as empadas a seus filhos, e eles comeram 16 empadas.

Precisamos saber quantas empadas sobraram.

Como cada embalagem contém 6 empadas e Sílvia comprou 4 embalagens:

$$4 * 6 = 24 \text{ empadas}$$

Os filhos comeram 16 empadas:

$$24 - 16 = 8$$

GABARITO OFICIAL: B.

4.

A questão "diz":

"João pagou uma despesa de R\$ 74,00 com uma nota de 50 reais e duas de 20 reais. Quantos reais João recebeu de troco?"

A soma da nota de R\$ 50,00 e R\$ 20,00, corresponde:

$$50,00 + 20,00 = 90,00 \text{ reais}$$

Por fim, basta efetuar a subtração de 74,00:

$$90 - 74 = 16$$

GABARITO OFICIAL: D

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Sobre a Autora

Letícia Veloso

Graduada em Jornalismo em 2008.

Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV.

Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo.

Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova.

Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova.

1. (IBGE – AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE – CESGRANRIO – 2016)

A diminuição da razão de dependência permite que o país comece a mudar suas prioridades em termos de políticas públicas. É preciso lembrar, contudo, que essa queda não é homogênea entre as regiões, os estados e os diferentes grupos de renda.

LACERDA, Antônio Corrêa de. [et al.] Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 266.

O conteúdo do trecho acima envolve o conceito de Razão de Dependência Total. Esse conceito tem relação direta com a razão

- a) de uma situação populacional de altas taxas de mortalidade e natalidade para uma de baixas taxas
- b) da população entre 0 e 14 anos sobre a população em idade ativa
- c) da população dependente (0 a 14 anos e 65 anos ou mais) sobre a população em idade ativa
- d) da quantidade da população economicamente ativa sobre o número de desempregados
- e) do número médio de nascidos vivos de mulheres entre 14 e 49 anos

2. (IBGE – AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE – CESGRANRIO – 2016)

A divisão política e administrativa do Brasil nem sempre foi a mesma. Do século XVI ao século XX, o país teve diversos arcabouços político-administrativos, a saber: as donatarias, as capitanias hereditárias, as Províncias e finalmente os Estados, os Distritos e os municípios.

Disponível em <<http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/divisao-politico-administrativa-e-regional.html>>. Acesso: 09 maio 2016.

A finalidade básica do IBGE na elaboração da divisão regional do território brasileiro é

- a) criar as políticas públicas de inclusão social.
- b) estabelecer o planejamento macrorregional das diferentes partes.
- c) viabilizar a agregação e a divulgação de dados estatísticos.
- d) fazer parceria com o Executivo na aplicação da política econômica neoliberal.
- e) desenvolver ações para remodelagem na configuração cartográfica e na administração interna do país.

3. (IBGE – AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE – CESGRANRIO – 2016)

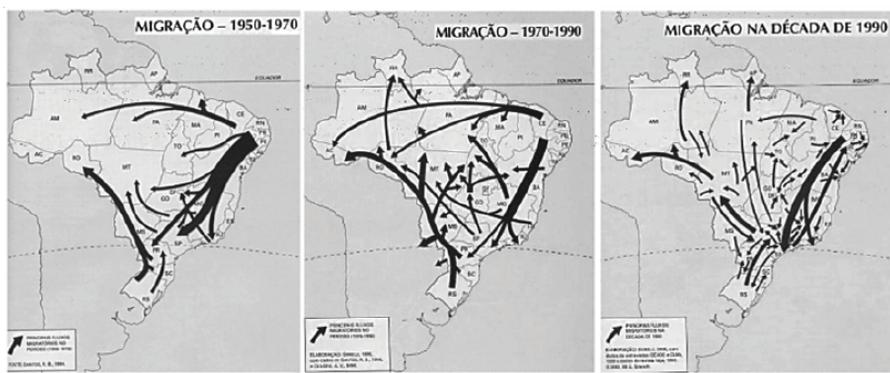
A partir de 1990, especialmente, há novas tendências no processo de urbanização brasileiro.

Uma dessas tendências é a(o)

- a) redução do custo de vida nas metrópoles
- b) retração das áreas de ocupação irregular
- c) alteração do ritmo de crescimento das grandes cidades
- d) aumento na velocidade das migrações inter-regionais
- e) colapso das políticas de planejamento urbano a favor das classes média e alta

4. (IBGE – AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE – CESGRANRIO – 2016)

As figuras a seguir mostram os fluxos migratórios ocorridos no Brasil entre as décadas de 1950 e 1990.



Disponível em: <<http://www.padogeo.com/atividade-migracoes.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

Os fluxos migratórios dos estados do Sul, além de São Paulo e de Minas Gerais, para as regiões Centro-Oeste e Norte aconteceram, especialmente, em que época e por qual motivo?

- a) Na década de 1950, devido à expansão da cultura da soja
- b) A partir da década de 1950, devido ao aumento do garimpo
- c) Entre o final da década de 1950 e a década de 1960, devido à construção de Brasília
- d) No início da década de 1970, devido ao incremento da atividade industrial
- e) A partir da década de 1970, devido à expansão das áreas de fronteira agrícola na Amazônia

1.

Em "a", a sentença não corresponde à resposta correta. Em "b", não se trata da população relativa à idade ativa. Em "c", tem a ver com a faixa entre 0 e 14 anos, além de 65 anos, do contexto de dependência. Em "d", não implica na quantidade de pessoas tidas economicamente ativas em relação à faixa sem emprego. Em "e", não se relaciona ao número de nascidos, mulheres entre 14 e 49 anos.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a", não é competência do instituto de pesquisa cuidar desse setor. Em "b", o IBGE não tem a missão de cuidar de planejamento de macrorregiões. Em "c", a função básica do instituto é realizar e divulgar dados estatísticos. Em "d", não tem a função de estabelecer parceria com o Executivo. Em "e", essas funções se não aplicam ao propósito.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

Em "a", a tendência citada não está relacionada à redução de custo de vida. Em "b", a retração das áreas não está relacionada à tendência de urbanização. Em "c", é notável a mudança no ritmo de crescimento das grandes cidades, estudos já comprovam isso. Em "d", o caso citado não está relacionada a essa tendência. Em "e", essa questão não procede.

GABARITO OFICIAL: C**4.**

Em "a", nesse período houve processo migratório de forma geral. Em "b", esse processo é bem específico. Em "c", a construção de Brasília trouxe processos migratórios de várias regiões, em especial do Nordeste. Em "d", a atividade industrial teve incremento no Sudeste. Em "e", a expansão nas áreas agrícolas impactou no aumento de processos migratórios.

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) O conceito de efetividade da norma constitucional, segundo doutrina dominante, está relacionado à denominada eficácia:

- a) social.
- b) validadora.
- c) econômica.
- d) existencial.
- e) mutacional.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) Nos termos da Constituição Federal, o Habeas Data contra ato do Tribunal de Contas da União deve ser julgado originariamente pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
- e) Juízo Federal de Primeiro Grau.

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

3. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) De acordo com a Constituição Federal como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este, para o setor público:

- a) determinante.
- b) preferencial.
- c) cumulativo.
- d) indicativo.
- e) eletivo.

1.

A efetividade da norma constitucional também pode ser entendida como aplicação dos efeitos concretos, a eficácia social do texto constitucional. Ou seja, este princípio remete a ideia de que a norma constitucional tem a mais ampla efetividade social, a qual não tem como foco validadora, econômica, existencial ou mutacional.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a", conforme o Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.

Em "b", não é de competência do STJ, conforme o art. 102 da CF.

Em "c", a competência é do STF e não do TRE.

Em "d", conforme o Art. 102, a competência é do STF e não do TJDF.

Em "e", a competência é do STF.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

Em "a", conforme o art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Em "b", no que tange a setor público é "determinante".

Em "c", conforme o art. 174, da CF, não é cumulativo.

Em "d", o "indicativo" é para o setor privado.

Em "e", conforme o art. 174, da CF, não é eletivo.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”.

Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF.

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. (IBGE – SUPERVISOR DE PESQUISAS (GESTÃO) – CESGRANRIO – 2016) A supervisão do almoxarifado de uma organização pública vem controlando os níveis de estoque, de forma a provocar a redução do volume de compras e a provocar o aumento nas quantidades de pedidos. Ou seja, o setor tem gerenciado o tamanho dos lotes e o intervalo de tempo dos pedidos, por considerar que lotes pequenos significam uma redução do nível de estoque, um acréscimo no número de pedidos e uma redução no intervalo de tempo existente entre dois pedidos. Essa nova forma de gestão do setor está relacionada a uma supervisão que busque no controle a garantia de:

- a) lucratividade.
- b) economicidade.
- c) isonomia.
- d) legalidade.
- e) moralidade.

ATOS ADMINISTRATIVOS

2. (PETROBRAS – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) Conforme entendimento doutrinário, os atos administrativos:

- a) subordinam-se ao fato jurídico do direito privado.
- b) são incompetentes quando considerados de interesse pessoal do administrador público.
- c) podem ser objeto de delegação em que conste a edição de atos de caráter normativo.
- d) permitem a exoneração do Servidor em estágio probatório, sem as formalidades de apuração de sua capacidade.
- e) são delegáveis ao administrador, que pode adotar fundamentos genéricos e indefinidos como de interesse público.

3. (ANP – TÉCNICO EM REGULAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS – CESGRANRIO – 2016) Alguns atos administrativos podem ser veiculadores de normas. Nesse âmbito estão os de competência privativa dos Chefes do Poder Executivo, que são os:

- a) editais.
- b) decretos.
- c) regimentos.
- d) provimentos.
- e) despachos.

1.

Em "a": a lucratividade não pode ser objetivo da atuação da Administração pública, salvo nas empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em "b": na situação descrita, o objetivo primordial era reduzir os custos pelo controle de estoque. Logo, consubstancia a economicidade do serviço público, que é aspecto do princípio da eficiência.

Em "c": a isonomia é princípio da administração, mas no caso descrito não há relação com este princípio de forma direta.

Em "d": a legalidade é princípio da administração, mas o caso descrito não tem a ver com a situação descrita o dever da administração de respeito ao estrito teor das leis.

Em "e": a moralidade é princípio da administração, mas a situação exposta não tem relação com o dever de respeito aos preceitos éticos no exercício administrativo.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": subordinam-se ao fato jurídico do direito público.

Em "b": quando de interesse pessoal do administrador, fala-se em vício de por falta de interesse, sendo incompetente para sua prática o servidor.

Em "c": não cabe delegação para edição de atos de caráter normativo.

Em "d": nos termos do artigo 41, § 1º, CF, "o servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa".

Em "e": o administrador é obrigado a identificar a motivação do ato administrativo de forma precisa, com fundamentos de fato e de direito.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

Em "a": editais não são privativos de Chefes do Executivo e não buscam regular normas.

Em "b": decretos são atos privativos do Executivo que veiculam normas, conforme artigo 84, VI, CF: "Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VI – dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos".

Em "c": regimentos são documentos no qual deve se detalha a estrutura organizacional de uma instituição, não sendo privativos do Chefe do Executivo.

Em "d": provimentos são documentos que regulam uma área temática específica. Não são privativos do Chefe do Executivo, aliás, são muito comuns no âmbito do Poder Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça.

Em "e": despachos são atos de andamento em processos judiciais ou administrativos. São praticados pela autoridade competente para impulsionar o processo, não sendo privativos do Chefe do Executivo e nem possuindo o fim de regulação de leis.

GABARITO OFICIAL: B

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

GESTÃO DA QUALIDADE

1. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL DE VENDAS – CESGRANRIO – 2018) Nos últimos três anos, a taxa anual de crescimento do mercado de aparelhos de refrigeração caiu de 20% para 8% ao ano. Ainda assim, a participação relativa de mercado da unidade estratégica de negócio da empresa YYX permaneceu muito elevada, com vendas duas vezes maiores do que as do concorrente mais próximo. De acordo com a Matriz BCG, a unidade estratégica de negócio da YYX é classificada como

- a) estrela
- b) vaca leiteira
- c) produto relacional
- d) animal de estimação
- e) ponto de interrogação

2. (TRANSPETRO – ADMINISTRADOR JUNIOR – CESGRANRIO – 2018) É uma ferramenta de lean manufacturing que auxilia o controle da produção e consiste na utilização de sinais sonoros ou luminosos com o intuito de avisar o operador da ocorrência de uma falha na linha de produção. Essa ferramenta é denominada

- a) Andon
- b) Kaizen
- c) Just-in-time
- d) Just-in-sequence
- e) Poka-Yoke

GESTÃO ESTRATÉGICA

3. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL DE VENDAS – CESGRANRIO – 2018) O mercado para roteadores de redes de computadores no Brasil é grande, a concorrência, acirrada, e nenhum comprador conhece a marca da empresa YYZ. A maioria dos compradores desse produto é muito sensível a preço, e os custos de fabricação desse equipamento caem bastante com aumento da escala de produção. Nesse caso, a estratégia combinada de preço e promoção mais adequada para o lançamento de um novo roteador da YYZ é a estratégia de

- a) skimming
- b) desnatação
- c) diversificação
- d) penetração rápida
- e) verticalização direta

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a", Errado – nesse quadrante estão inseridos os produtos com alta participação de mercado, com altas taxas de crescimento.

Em "b", Certo – é o produto líder em um segmento de mercado, mas que apresenta baixo crescimento.

Em "c", Errado – não se trata de nenhum quadrante da matriz BCG.

Em "d", Errado – também conhecido como abacaxi, trata-se do quadrante onde está inserido o produto que possui baixa taxa de crescimento e pouca participação de mercado, o que resulta em pouco faturamento;

Em "e", Errado – produtos pertencentes a um mercado com altas taxas de crescimento. Exige grandes investimentos e possui baixo retorno, com possibilidade de se tornar um "abacaxi" em pouco tempo.

GABARITO OFICIAL: B

2.

Em "a", Certo – é uma ferramenta de gestão do Lean Manufacturing, que se utiliza de sinais luminosos e/ou sonoros para avisar que há algum defeito na cadeia de produção.

Em "b", Errado – significa mudança para melhor, usada para transmitir a noção de melhoria contínua.

Em "c", Errado – sistema de administração da produção que determina que tudo deve ser produzido, transportado ou comprado na hora exata.

Em "d", Errado – Sistema de fornecimento onde os fornecedores estão instalados nas imediações das empresas, abastecendo as mesmas diretamente na linha de produção. Em sequência, pré-estipulada em tempos determinados.

Em "e", Errado – dispositivo a prova de erros destinado a evitar a ocorrência de defeitos em processos de fabricação e/ou na utilização de produtos. (fortemente usada no sistema toyotista)

GABARITO OFICIAL: A

3.

Produto novo para mercado tradicional= Penetração de mercado.

Em "a", Errado – estimula a entrada de um novo produto (ou serviço) num determinado mercado, utilizando-se de preços altos. Ou seja, começando por cima, visando atender apenas a determinadas classes sociais.

Em "b", Errado – a estratégia de desnatação consiste em utilizar um preço inicial relativamente alto.

Em "c", Errado – consiste em investir no desenvolvimento de novos produtos ou em alterar características as características dos produtos mantendo-se a sua distribuição no mesmo mercado.

Em "d", Certo – estratégia que oferece um produto de qualidade acima da média do mercado, praticando, no entanto, preços situados na média. Permite uma boa penetração em um novo mercado.

Em "e", Errado – tática da empresa que "faz tudo sozinha". Toda a produção estará sob a inteira responsabilidade da própria empresa.

GABARITO OFICIAL: D

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre o Autor

Cristiano Silva

Graduado em Administração pela UNINOVE.

Graduado em Gestão Pública pela UNICESUMAR.

Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005.

Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público.

Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos on-line e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

1. (TRANSPETRO – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) Considere o trecho abaixo.

Sachs, como um dos consultores do grupo que assessorou o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo (1972) e a do Rio de Janeiro (1992), vem defendendo desde 1970 a prioridade de uma agenda mundial que contemple a correlação entre pauperismo e crise ambiental nos países do Sul.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n2/a11v34n2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018. (Adaptado.)

O texto reflete uma preocupação que, atualmente, é um dos principais pilares do Desenvolvimento Sustentável, em que a noção de crescimento econômico deve levar em consideração a(o):

- a) inclusão social e a proteção ambiental.
- b) inclusão econômica e o crescimento social.
- c) inclusão internacional e mudanças ambientais.
- d) crescimento populacional e mudanças climáticas.
- e) crescimento industrial e as mudanças sociais.

2. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – SERVIÇO SOCIAL – CESGRANRIO – 2015) A reforma do Estado brasileiro, ocorrida na década de 1990, apresentou estratégias de mudanças em várias dimensões do aparelho estatal.

Particularmente no campo da gestão pública estatal, a reforma incidiu sobre:

- a) o sistema jurídico.
- b) o aparato legislativo.
- c) a cultura burocrática.
- d) a estrutura organizacional.
- e) as relações de propriedade.

3. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – SERVIÇO SOCIAL – CESGRANRIO – 2015) No Brasil, desde a década de 1990, o campo da política social passou a ser atravessado por algumas tendências que determinaram novas dinâmicas ao aparato institucional responsável pelos serviços sociais, quais sejam:

- a) focalização, universalidade, participação e integração.
- b) refilantropização, desenvolvimentismo, integração e verticalidade.
- c) assistencialização, privatização, centralização e localismo.
- d) descentralização, intersetorialidade, controle social e territorialidade.
- e) participação, gerencialismo, terceirização e centralização.

1.

Em "a", o desenvolvimento sustentável tem justamente duas grandes preocupações, inclusão social e proteção ambiental, refletindo assim a maneira como a organização atuará em busca de conquistar seus objetivos organizacionais. O crescimento econômico deve estar pautado numa forma de desenvolvimento capaz de lidar com as situações e que dessa forma estará inserida em valores e princípios de que tratam da vida da sociedade como um todo.

Em "b", apesar de o enunciado da questão trazer informações como "pauperismo" isso não se refere à inclusão econômica e sim social.

Em "c", inclusão internacional e mudanças ambientais não procede com o enunciado destacado da questão.

Em "d", na verdade o texto da questão está relacionado à inclusão social e proteção ambiental.

Em "e", pelo texto do enunciado da questão não se pode tirar como conclusão, crescimento industrial e as mudanças sociais.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a", no Brasil são 03 (três) poderes, Legislativo, Judiciários e Executivos, a reforma do aparelho do Estado da década de 90 visava tratar no âmbito do executivo. Em "b", a reforma do aparelho do Estado da década de 90 no governo de Fernando Henrique Cardoso foi uma reforma administrativa.

Em "c", a cultura deixa de ser burocrática e passa a ser gerencial.

Em "d", a reforma administrativa do aparelho do Estado foi um marco para toda a estrutura organizacional, pois a ideia era trazer conceitos da iniciativa privada para a pública, claro de uma forma adaptável conforme as particularidades da administração pública. O modelo gerencial foi instituído focado em resultados e cidadão, controle por resultados e aperfeiçoamento da profissionalização, tanto da própria administração como também do agente público.

Em "e", relações de propriedade pode se dizer que foi uma preocupação da administração burocrática.

GABARITO OFICIAL: D**3.**

Em "a", a focalização na administração pública a partir da década de 90 passa a ser o cidadão e também com foco nos resultados. A universalidade como forma de a administração pública atuar de maneira que os direitos, benefícios seja de forma mais ampla possível. A participação e a integração da sociedade/cidadão tornam-se extremamente importante, pois a administração pública visa uma gestão de qualidade e isso requer saber ouvir de quem mais pode informar o que precisa em seu dia a dia.

Em "b", verticalidade está fora dos parâmetros da nova gestão pública, pois visa uma estrutura mais horizontalizada.

Em "c", a centralização era um preceito da administração pública burocrática, a partir da década de 90 pela reforma administrativa do aparelho do Estado passa a ter um conceito de descentralização em que a tomada de decisão está nos níveis inferiores (operacionais).

Em "d", a territorialidade conceito já antes utilizado refere-se ao Estado exercer a sua soberania de forma geográfica.

Em "e", a partir da reforma do Estado da década de 90 passamos a ter a descentralização.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.

Professora especializada.

PESSOA NATURAL

1. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – DIREITO – CESGRANRIO – 2015)

Na classificação dos direitos subjetivos considerados quanto ao bem protegido ou ao fim a que se destinam estão incluídos os direitos:

- a) potestativos
- b) permanentes
- c) absolutos
- d) da personalidade
- e) dos entes públicos

PESSOA JURÍDICA

2. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018)

Antes de falecer em terrível acidente automobilístico, um empresário do ramo de educação destinou em testamento parte de seus bens à constituição de uma fundação para promoção da ética, cidadania, democracia e direitos humanos. Considerando a disciplina jurídica das fundações no Código Civil de 2002:

- a) se tais bens forem insuficientes para a finalidade pretendida, e se o instituidor nada tiver dito a respeito dessa possibilidade, eles serão incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- b) se tais bens forem insuficientes para a finalidade pretendida, e se o instituidor nada tiver dito a respeito dessa possibilidade, eles serão incorporados em outra fundação ou associação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- c) se a finalidade a que visa a fundação tornar-se ilícita, impossível ou inútil, somente o órgão do Ministério Público lhe promoverá a extinção.
- d) para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar essa fundação.
- e) o Ministério Público do Estado onde a fundação foi constituída velará por ela, mesmo se a fundação estender a atividade por mais de um Estado.

3. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018)

Considere o estatuto da associação X que estabelece vantagens especiais para algumas categorias de associados. Sobre essa situação hipotética, e de acordo com o Código Civil de 2002:

- a) a possibilidade de instituir categorias com vantagens especiais só se aplica a associações com finalidade recreativa ou esportiva.
- b) o estabelecimento de vantagens especiais é indevido, pois impede que os associados mantenham direitos e obrigações recíprocas.

- c) o estatuto da associação X é nulo, por violação do princípio da igualdade de direitos entre os associados.
- d) o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais somente pelo prazo de 180 dias, contados da assembleia geral.
- e) os associados de X devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

4. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) Comprovada a hipótese de desvio de finalidade, o patrimônio particular dos sócios da empresa ZZ, J. e G. foi atingido para responder por certas e determinadas obrigações assumidas pela pessoa jurídica. Nessa situação, de acordo com o Código Civil de 2002, ocorreu:

- a) desconsideração da personalidade jurídica, diante da configuração do abuso da personalidade jurídica.
- b) desconsideração da personalidade jurídica, que ocorre por desvio de finalidade, inadimplemento obrigacional ou confusão patrimonial.
- c) dissolução judicial da pessoa jurídica com consequente extinção da personalidade da empresa ZZ.
- d) extinção judicial da pessoa jurídica em razão do desvio de finalidade.
- e) extinção legal da pessoa jurídica por ato abusivo decorrente do desvio da finalidade.

NEGÓCIO JURÍDICO

5. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) J. celebrou com R. contrato de compra e venda de um valioso apartamento na cidade do Rio de Janeiro. Um ano após a celebração do contrato, J. alega que realizou o negócio pelo temor de desagradar R., que fora seu admirável professor no curso de arquitetura. Acerca da situação apresentada, e de acordo com o Código Civil, o contrato de compra e venda:

- a) poderá ser anulado por coação moral, ainda que não tenha sido irresistível.
- b) não poderá ser anulado, pois o simples temor reverencial não é considerado coação moral para anulá-lo.
- c) poderá ser considerado nulo pela ocorrência da coação moral.
- d) poderá ser considerado nulo pela ocorrência do erro causado pela reserva mental.
- e) poderá ser considerado nulo pela ocorrência da lesão causada pelo temor reverencial.

1.

Em todas as questões, de uma forma geral, a doutrina classifica os direitos subjetivos em: “a” pessoais; “b” reais; “c” da personalidade.

Em “a”, os direitos pessoais derivam da relação de uma pessoa com outra pessoa (proteção do cumprimento forçado das obrigações);

Em “b”, os direitos reais derivam da relação da pessoa com a coisa (proteção da propriedade);

Em “c”, os direitos da personalidade derivam da relação da pessoa consigo mesmo (bens que o cidadão guarda dentro de seu corpo e intelecto). Eles são atributos inerentes ao ser humano.

Adquirindo personalidade (aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações), o ser humano já adquire os chamados direitos da personalidade, ou seja, o direito de defender o que lhe é próprio, como sua integridade física ou corporal (vida, corpo, órgãos, voz, imagem, liberdade, identidade, alimentos, etc.), intelectual (liberdade de pensamento, autoria científica, artística e intelectual, etc.), moral (honra, segredo pessoal ou profissional, privacidade, imagem, opção religiosa, sexual, etc.).

Em “d”, os direitos da personalidade como categoria especial de direitos subjetivos que, fundados na dignidade da pessoa humana garantem o gozo e o respeito ao seu próprio ser, em todas as suas manifestações espirituais ou físicas.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Em “a”, art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Em “b”, o artigo 63, CC (item anterior) fala apenas em fundação.

Em “c”, art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Em “d”, art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I – Seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II – Não contrarie ou desvirtue o fim desta;

III – Seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado;

Em “e”, art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

§ 1º Se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015).

§ 2º Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em “a” e “d”, não há fundamento jurídico ou entendimento doutrinário para as devidas afirmações.

Em “b”, art. 53. Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Em “c”, princípio da Isonomia Associativa: O artigo 55 do Código Civil consagra este princípio, por meio do qual impõe a todos os associados iguais direitos. Todavia, traz exceção a esta regra facultando a instituição de categorias de associados com vantagens especiais.

Em “e”, art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

GABARITO OFICIAL: E

4.

Em “a”, art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Em “b”, o conceito disposto na “b” esteja errado, mas ele não se adequa ao que a questão pediu, que foi justamente a aplicação da teoria maior prevista no Código Civil.

Em “c”, “d” e “e”, a questão trabalha com o abuso de personalidade que se apresenta em: Desvio de finalidade e Confusão patrimonial.

GABARITO OFICIAL: A

5.

Em “a”, art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Em “b”, art. 153. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

Em “c”, “d” e “e”, art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

I – Por incapacidade relativa do agente;

II – Por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

Art. 172. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) X contratou com Z, empresário, proprietário de uma casa de festas infantis, o aluguel do estabelecimento para comemorar o aniversário de sua filha. O valor relativo ao uso do espaço foi pago antecipadamente. Na data da festa, para surpresa de X, as portas do estabelecimento estavam trancadas, sem ninguém no local. Com o objetivo de ser ressarcido do prejuízo, X moveu ação contra Z, em que, na fase de execução, o juiz determinou on-line a penhora de aplicação financeira mantida pelo réu.

Diante do exposto,

- a) o juiz pode determinar à instituição financeira que torne indisponíveis os valores existentes em nome do executado, se isto tiver sido comunicado ao executado antes.
- b) o juiz pode determinar de ofício a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes no nome de Z.
- c) o juiz pode determinar à instituição financeira que torne indisponíveis os valores existentes em nome do executado, se o exequente solicitar.
- d) a lavratura de termo é necessária para que a indisponibilidade dos ativos financeiros se converta em penhora.
- e) a penhora de aplicação financeira só é cabível se o réu não tiver bens móveis no valor do quantum exequendo.

AÇÃO JUDICIAL

2. (TRANSPETRO – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) L, paciente de M, celebrou com ela contrato de prestação de serviços médicos, ficando ajustado que o pagamento seria realizado de forma fracionada, por meio da emissão de cheques pré-datados, em quantias a serem depositadas ao longo de quatro meses. Ocorre que, no decorrer do período, L perdeu o emprego, o que a deixou sem condições de honrar o pagamento da última parcela. Ultrapassado o prazo convencionado, o derradeiro cheque apresentado por M retornou por insuficiência de fundos, fato que levou L a figurar como inadimplente no serviço de proteção ao crédito. Após três meses, L conseguiu um novo emprego. Visando a sanar a dívida pendente, ela buscou estabelecer contato com M, sem sucesso, pois esta se havia mudado para destino incerto.

Considerando a situação apresentada, que ação judicial é cabível com a finalidade de saldar a dívida de L?

- a) Ação Monitória
- b) Ação de depósito
- c) Ação de repetição de indébito
- d) Ação de consignação em pagamento
- e) Ação de execução de título extrajudicial

1.

Em "a": incorreta, pois o juiz pode determinar à instituição financeira que torne indisponíveis os valores existentes em nome do executado, se isto tiver sido comunicado ao executado antes. (sem dar ciência prévia do ato ao executado. art. 854, do CPC)

Em "b": a alternativa está incorreta, pois o juiz pode determinar de ofício a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes no nome de Z. (a requerimento do exequente, conforme art. 854, CPC)

Em "c": a alternativa está correta, pois o juiz pode determinar à instituição financeira que torne indisponíveis os valores existentes em nome do executado, se o exequente solicitar, consoante art. 854, do CPC.

Em "d": a alternativa está incorreta, pois a lavratura de termo é necessária para que a indisponibilidade dos ativos financeiros se converta em penhora. (sem necessidade de lavratura de termo, conforme art. 854, § 5º, do CPC)

Em "e": a alternativa está incorreta, pois a penhora de aplicação financeira só é cabível se o réu não tiver bens móveis no valor do quantum exequendo. (§ 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto. Art. 835, § 1º, do CPC)

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": a alternativa está incorreta, pois de acordo com a Ação monitória:

Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

I - o pagamento de quantia em dinheiro;

II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;

III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

Em "b": a alternativa está incorreta, porque a ação de depósito foi suprimida pelo NCPC e prevista numa outra roupagem:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

Em "c": a alternativa está incorreta. Ação de repetição de indébito: quando se pleiteia a devolução de quantia paga desnecessariamente. Está prevista em diversos dispositivos legais.

Em "d": a alternativa está correta. Ação de consignação em pagamento: "Art. 539. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida."

Em "e": a alternativa está incorreta. Ação de execução de título extrajudicial:

Art. 783. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Diego Pureza

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá.

Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacaréi.

Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador.

Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos.

Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos.

Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas.

Advogado.

1. (TJ-RO – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESGRANRIO – 2008) Tício cometeu um delito contra Caio. Com o advento de uma nova lei penal que descriminaliza a conduta de Tício, é incorreto afirmar que:

- a) o magistrado deve rejeitar a denúncia oferecida contra Tício.
- b) Caio não pode mais receber indenização de Tício, na esfera cível, eis que o fato não é mais considerado delituoso.
- c) Tício retornará à condição de réu primário, caso esteja condenado apenas pela prática desse delito.
- d) Tício, se já estiver condenado e cumprindo pena privativa de liberdade, deverá deixar de cumprir a reprimenda imposta.
- e) o inquérito policial contra Tício, tendo sido instaurado, deverá ser arquivado.

2. (BNDS – PROFISSIONAL BÁSICO – CESGRANRIO – 2008) Os crimes contra a administração pública têm a capacidade de chocar o cidadão médio em um país carente de recursos como o Brasil. Desta forma, o Poder Legislativo Federal aprovou modificação recente do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1.940) para melhorar a efetividade da punição, que foi o estabelecimento.

- a) de cumprimento da pena em regime fechado, sem direito a progressão, nos crimes de reponsabilidade fiscal em que o réu der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da prevista em lei.
- b) de pena para quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública, somente visando ao seu próprio lucro ou vantagem.
- c) de pena para quem extraviar livro oficial ou qualquer documento de que tem a guarda em razão do cargo, bem como sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, somente para realização de interesse público.
- d) da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando a pena for privativa de liberdade em tempo igual ou superior a dois anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- e) da necessária devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais, ou a reparação do dano, como requisito para progressão de regime do cumprimento da pena privativa de liberdade.

1.

A questão aborda o tema 'abolitio criminis', instituto que apresenta não só a extinção da punibilidade de uma conduta, como também a descriminaliza. Com isso, há diversas consequências que merecem destaque, conforme os comentários de cada alternativa abaixo.

Em "a": Certo – Trata-se de consequência lógica do instituto da 'abolitio criminis' na esfera processual penal. Considerando que o fato praticado não constitui mais crime, eventual denúncia oferecida pelo Ministério Público deverá ser rejeitada (art. 295, do CPP).

Em "b": Errado – A descriminalização de uma conduta gera efeitos puros penais, não atingindo os efeitos extrapenais (por exemplo, efeitos civis), conforme inteligência do art. 2º, do Código Penal.

Em "c": Certo – conforme comentários acima, os efeitos penais serão afastados, inclusive os efeitos penais secundários (reincidência, maus antecedentes, etc.), motivo pelo qual a alternativa está correta.

Em "d": Certo – afastando os efeitos penais secundários, obviamente os efeitos penais primários (exemplo: dever de cumprir a pena) também serão afastados imediatamente.

Em "e": Certo – Qualquer mecanismo estatal de persecução penal deverá ser encerrado imediatamente em razão da descriminalização da conduta.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": Errado – Não há (e nunca houve) qualquer exigência nesse sentido, até mesmo porque ofenderia o princípio constitucional da individualização da pena, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal que, inclusive, modificou a orientação da aplicação da Lei dos Crimes Hediondos.

Em "b": Errado – Trata-se de crime de falsificação do selo ou sinal público previsto no art. 296, do CP que pode ser praticado por qualquer pessoa (e não especificamente pelo funcionário público). Além disso, o crime em questão não exige que o agente vise somente o próprio lucro ou vantagem.

Em "c": Errado – A alternativa refere-se ao delito previsto no art. 314, do CP que, por sua vez, não limita seu alcance apenas aos casos em que o agente o pratique somente para a realização de interesse público.

Em "d": Errado – A pena privativa de liberdade mínima exigida para a aplicação desta consequência está incorreta. Segundo o art. 92, I, a, do CP, "são também efeitos da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública".

Em "e": Certo – Eis o teor do art. 33, § 4º, do CP: "O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais".

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).

Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.

Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.

Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.

Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.

Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.

Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR.

Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

INQUÉRITO POLICIAL

1. (TJ-RO – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESGRANRIO – 2008) Qual destas é a única forma INCAPAZ de originar um inquérito policial?

- a) De ofício pela autoridade policial, através de Portaria.
- b) Por requisição do Juiz ou do Ministério Público.
- c) Por requerimento de qualquer do povo.
- d) Por oferecimento de queixa crime pela vítima.
- e) Pelo auto de prisão em flagrante.

AÇÃO PENAL

2. (TJ-RO – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESGRANRIO – 2008) No caso da Ação Penal Pública condicionada à representação, é correto afirmar que

- a) o titular da acusação é o Ministério Público, mas ele depende de uma condição objetiva de procedibilidade.
- b) o titular da acusação é, a princípio, o Ministério Público, mas este pode transferir à vítima.
- c) o Ministério Público e a vítima dividem necessariamente a titularidade da acusação.
- d) a lei transforma a vítima no órgão de acusação, que a exerce mediante representação.
- e) a lei transforma a vítima no órgão de acusação, que a exerce mediante queixa.

3. (TJ-RO – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESGRANRIO – 2008) Em relação aos institutos da Renúncia e do Perdão da Ação Penal Privada, é correto afirmar que

- a) podem ser oferecidos para apenas um dos querelados, na hipótese de haver mais de um polo passivo.
- b) são sempre oferecidos depois da queixa, mas o primeiro unilateral e o segundo bilateral.
- c) são oferecidos antes e depois da queixa, respectivamente, e ambos bilaterais.
- d) são oferecidos antes e depois da queixa, respectivamente, e ambos unilaterais.
- e) são oferecidos antes e depois da queixa, respectivamente, mas o primeiro unilateral e o segundo bilateral.

1.

Em "a": Correta – O inquérito policial pode ser instaurado de ofício pela autoridade de polícia judiciária por meio de Portaria.

Em "b": Correta – O Juiz ou Ministério Público podem requerer a instauração de inquérito policial.

Em "c": Correta – Qualquer do povo pode requer à autoridade policial a instauração de inquérito policial.

Em "d": Incorreta – O oferecimento de queixa crime pela vítima inicia a ação penal de iniciativa privada, e não instaura inquérito policial.

Em "e": Correta – O auto de prisão em flagrante pode até substituir o inquérito policial.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Em "a": Correta – A Ação Penal Pública condicionada à representação tem o como o titular da acusação o Ministério Público, mas depende de uma condição objetiva de procedibilidade, a representação da vítima, art. 100, do CP.

Em "b": Incorreta – Quando o Ministério Público é o titular da ação, a ação penal é pública incondicionada, não havendo possibilidade de transferir para terceiros, vítima.

Em "c": Incorreta – O Ministério Público não divide com a vítima a titularidade da ação penal pública condicionada a representação.

Em "d": Incorreta – A lei garante a titularidade da ação penal ao Ministério Público, e quando a lei dispuser que há necessidade de representação da vítima, neste caso, será ação penal pública condicionada a representação da vítima.

Em "e": Incorreta – Quando a lei permite que a vítima ofereça queixa crime, a ação penal será de iniciativa privada.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

Em "a": Incorreta – Na ação penal de iniciativa privada, conforme art. 49, do CPP, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá, e de acordo com o art. 51, do CPP, o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Em "b": Incorreta – A renúncia é oferecida antes da queixa, e o perdão após a queixa.

Em "c": Incorreta – O erro na alternativa está em dizer que a renúncia e o perdão são bilaterais. A renúncia é, em regra, unilateral.

Em "d": Incorreta – Nesta afirmativa, o erro está em dizer que a renúncia e o perdão são unilaterais, pois o perdão é bilateral.

Em "e": Correta – Na ação penal de iniciativa privada, a renúncia é unilateral e ocorre antes do oferecimento da queixa, e o perdão é bilateral e ocorre após a queixa.

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.
Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.
Advogada.
Consultora jurídica.

1. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – ADMINISTRAÇÃO - CESGRANRIO – 2018) Nos termos da Lei no 13.429/2017, o contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades meio e outras, a serem executadas na empresa tomadora de serviços, pertinentes às atividades

- a) intermediárias.
- b) fim.
- c) gerenciais.
- d) acessórias.
- e) parciais

2. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I – CESGRANRIO – 2015) Pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o contrato individual de trabalho é o

- a) acordo estabelecido pelo termo de rescisão da relação de trabalho, entre empresa e empregado.
- b) acordo tácito ou expresso referente à relação de emprego.
- c) documento que autoriza o trabalho de menores de 18 anos, assinado por seus responsáveis.
- d) contrato de experiência, que pode ser de, no máximo, 30 dias.
- e) contrato informal que estabelece a relação de trabalho dos empregados domésticos.

3. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I – CESGRANRIO – 2015) Na contratação de empregados, pelo regime da CLT, uma empresa deverá formalizar o contrato de trabalho no(a)

- a) Delegacia Regional do Trabalho no prazo de 72 horas.
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social no prazo de 48 horas.
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica no prazo de 7 dias.
- d) Cadastro Nacional de Pessoa Física no prazo de 48 horas.
- e) Registro Geral de Trabalhadores no prazo de 72 horas.

1.

De acordo com o Art. 9º, § 3º O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços, da Lei nº 13.429/2017. Ou seja, atualmente há a possibilidade de terceirizar atividade fim. Tornando-se as assertivas "A", "C", "D" e "E" incorretas.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a", Não é o termo de rescisão do contrato de trabalho que diz sobre o contrato de trabalho entre o empregado e o empregador.

Em "b", Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Em "c", Contrato de trabalho pode ser tácito ou expresso.

Em "d", O contrato individual de trabalho é apenas o contrato de experiência, ainda assim, o mesmo não é limitado aos 30 dias.

Em, "e", não é contrato informal.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

A empresa deverá formalizar o contrato de trabalho na Carteira de Trabalho do funcionário, no prazo máximo de 48 horas, conforme dispõe o Art. 29 - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.
Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.
Advogada.
Consultora jurídica.

1. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – DIREITO - CESGRANRIO – 2013) Os dissídios coletivos constituem instrumento fundamental para a obtenção da paz social no caso de conflitos entre empregados e empregadores. Esses dissídios são ações coletivas que

- a) são exclusivas de sindicatos, afastadas as federações e confederações.
- b) são instauradas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem legitimidade ativa para tal.
- c) têm o pressuposto da declaração de greve da categoria envolvida.
- d) têm a competência para julgamento concentrada no Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- e) podem sobrepor-se à legislação trabalhista, incluindo limitação e perda de direitos.

2. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – DIREITO - CESGRANRIO – 2013) Os dissídios coletivos de natureza econômica podem ser classificados em

- a) originários.
- b) jurídicos.
- c) mistos.
- d) limitados.
- e) esporádicos.

3. (PETROBRAS – ADVOGADO JÚNIOR – CESGRANRIO – 2015) Nos termos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), somente pode gerar a suspensão do processo as exceções de

- a) suspeição.
- b) decadência.
- c) preclusão.
- d) prescrição.
- e) coisa julgada.

1.

Em "a", Na verdade é instaurado pelo MPT, o qual tem legitimidade.

Em "b", A instância será instaurada mediante representação escrita ao Presidente do Tribunal. Ainda assim, poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou, ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho.

Em "c", não tem.

Em "d", não tem.

Em, "e", não tem.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Quanto a natureza, os Dissídios Coletivos dividem-se em: 1) Econômica: o propósito do dissídio é criar normas aplicáveis a categorias. (Art. 114 §2 CF). 2) Jurídica: o propósito é o de interpretar as normas aplicáveis à categoria. 3) Originários: será originário quando inexistirem normas pré-existentes. 4) Revisão: quando houver modificação das circunstâncias que ditaram as normas aplicáveis a categoria. 5) Greve: é o que versa sobre a paralização do trabalho.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

De acordo com o Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) § 1º Protocolada a petição, será SUSPENSO o processo e não se realizará a audiência a que se refere o art. 843 desta Consolidação até que se decida a exceção. Ou seja, as assertivas "B", "C", "D", e "E" estão incorretas.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Sobre a Autora

Luciana Firmino

Mestranda em Direito pela Universidade Nove de Julho (Uninove).

Pós-graduada em Direito Tributário pela Faculdade Legale.

Pós-graduada em Direito da Seguridade Social pela Faculdade Legale.

Pós-graduada em Direito Civil pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Professora.

Palestrante.

Advogada.

PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL

1. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) Nos termos da legislação de regência, a Previdência Social rege-se por diversos princípios, dentre os quais o pertinente à prestação dos benefícios que é o da:

- a) uniformidade.
- b) democracia.
- c) participação.
- d) seletividade.
- e) facultatividade.

2. (CAIXA – ADVOGADO – CESGRANRIO – 2012) O princípio da solidariedade é um princípio securitário de suma importância, pois:

- a) permite que qualquer pessoa possa participar da proteção social patrocinada pelo Estado.
- b) permite a participação da sociedade na organização e no gerenciamento da seguridade social, mediante gestão quadripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.
- c) permite a proteção coletiva, na qual as pequenas contribuições individuais geram recursos suficientes para a criação de um manto protetor sobre todos, viabilizando a concessão de prestações previdenciárias em decorrência de eventos preestabelecidos.
- d) impede a insegurança do sistema previdenciário, pois a sua base de financiamento deve ser a mais variada possível, de modo que as oscilações setoriais não venham a comprometer a arrecadação de contribuições.
- e) impede a redução do valor do benefício pago, a fim de evitar o prejuízo aos beneficiários da Previdência Social.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

3. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – CESGRANRIO – 2015) A contribuição do empregado, no regime de contribuição previdenciária, tem um percentual máximo, de acordo com a Lei federal nº 8.212/1991, correspondente a:

- a) 10%.
- b) 11%.
- c) 12%.
- d) 13%.
- e) 14%.

1. Conforme art. 2º, III, da Lei nº 8.213/1991, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios. Destaca-se que ainda temos alguns princípios implícitos como princípio da Solidariedade, princípio da Anterioridade Nonagesimal, princípio da Contrapartida e etc.

GABARITO OFICIAL: D

2. De acordo com o Fábio Zambite (2008): “Sem dúvida, é o princípio securitário de maior importância, pois traduz o verdadeiro espírito da previdência social: a proteção coletiva, na qual as pequenas contribuições individuais geram recursos suficientes para a criação de um manto protetor sobre todos, viabilizando a concessão de prestações previdenciárias em decorrência de eventos preestabelecidos”.

GABARITO OFICIAL: C

3. Será de 8% 9% ou 11% de acordo como que o segurado recebe limitada ao limite máximo do salário de contribuição.

GABARITO OFICIAL: B

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

SANÇÕES A PESSOA JURÍDICA - TCU

1. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR-AUDITORIA - CESGRANRIO – 2018)

A Controladoria Geral da União atua no controle interno do Poder Executivo. Ao aplicar as normas da Lei nº 12.846/2013, verifica-se que as sanções às pessoas jurídicas, consideradas responsáveis pelos atos lesivos, podem corresponder à multa em percentual do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Tal multa nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, cujo patamar mínimo será de

- a) 0,1%.
- b) 0,5%.
- c) 1,0%.
- d) 2,0%.
- e) 3,0%.

TCU

2. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR-AUDITORIA - CESGRANRIO – 2018)

O Tribunal de Contas da União (TCU) em Boletim Especial publicou o Manual de Auditoria Operacional. Segundo o manual, as conclusões de um relatório de auditoria governamental podem gerar propostas de encaminhamento. Tais propostas de encaminhamento feitas pela equipe de auditoria podem ser.

- a) sugestões dadas pelo profissional de autoria por meio de recomendações.
- b) exigências feitas pelo profissional de autoria por meio de recomendações.
- c) determinações feitas pelo profissional de autoria por meio de plano de ação.
- d) planos de ação sugeridos pelo profissional de autoria por meio de determinações.
- e) monitoramentos sugeridos pelo profissional de autoria por meio de plano de ação.

LEI ORGÂNICA TCU

3. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR-AUDITORIA - CESGRANRIO – 2018)

Nos termos da Lei Orgânica do TCU, no caso de verificada a ilegalidade de ato e aplicada sanção, caberá o pedido de

- a) reforma.
- b) reexame.
- c) embargos.
- d) agravo.
- e) apelação.

1.

Art. 6º. Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

De acordo com TCE RS - Regimento Interno Art. 75. As contas de gestão serão julgadas: I – regulares; II – regulares com ressalvas, quando houver falhas formais; e III – irregulares. § 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, a decisão poderá compreender, além da fixação de multa e débito, a determinação para a adoção de medidas corretivas e recomendações, sem prejuízo das demais providências previstas em lei e neste Regimento. Ou seja, não cabendo as alternativas “B”, “C”, “D” e “E”.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

De acordo com a Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992, Art. 48. De decisão proferida em processos concernentes às matérias de que tratam as Seções III e IV deste capítulo caberá pedido de reexame, que terá efeito suspensivo. Não cabendo reforma, embargos, agravo e apelação.

GABARITO OFICIAL: B